

Governo reajusta valores de bolsas de pós-graduação e iniciação científica da Capes e CNPq



Os aumentos também chegarão aos beneficiários da Bolsa Permanência, além das taxas e adicionais de bancada das bolsas de Produtividade. O reajuste, que já será aplicado no pagamento de março, e a concessão de 10 mil novas bolsas implicam aporte de mais de R\$ 2,38 bilhões em recursos previstos do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O governo federal anunciou o aumento nos valores das bolsas de pós-graduação, iniciação científica e formação de professores da educação básica. O reajuste já será aplicado nos pagamentos efetuados em março e atenderá a 256 mil bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também haverá recomposição no número de bolsas.

Os anúncios foram bem recebidos pela comunidade acadêmica. O último reajuste nos valores das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado ocorreu em abril de 2013. "Este país quer ser um exportador de conhecimento, de alta tecnologia, de inteligência. Investimento em educação é o melhor e mais barato investimento que um País pode fazer", sustentou o presidente Lula. Para o ministro da Educação, Camilo Santana, as bolsas permitirão que o Brasil "pense em seu futuro, em resolver os problemas reais da sociedade brasileira".

Com o reajuste, os valores das bolsas passarão para R\$ 2.100 (mestrado), R\$ 3.100 (doutorado) e 5.200 (pós-doutorado). Já o auxílio para a iniciação científica e docência será de R\$ 700 e para a iniciação científica júnior passará a ser de R\$ 300. O aumento atenderá 178 mil bolsistas da Capes e 78 mil do CNPq.

O Ministério da Educação também anunciou um acréscimo na Bolsa Permanência. Para os estudantes quilombolas e indígenas, a bolsa passará a ser de R\$ 1.400. Já para os inte-

grantes do Prouni e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior, o valor chegará a R\$ 700. Ainda haverá aumento nas bolsas para tutores e preceptores. No total, serão beneficiados mais de 35 mil bolsistas desse segmento. Já no CNPq, ainda serão reajustadas, em 20%, as taxas de bancada para alunos de cursos de doutorado e pós-doutores e os adicionais de bancada das bolsas de Produtividade.

Mais investimentos - Ao longo do ano serão concedidas mais de 10 mil novas bolsas nas duas agências, no Brasil e no exterior. Assim serão atendidos os cursos de pós-graduação que entraram em funcionamento em 2022 e os que melhoraram suas notas na avaliação da Capes. No CNPq, serão 4500 novas bolsas a serem implementadas, sendo 3000 de iniciação científica, 1000 distribuídas entre cursos de mestrado e doutorado e 500 de produtividade em pesquisa.

Além disso, estão garantidos os recursos necessários para a manutenção do Portal de Periódicos em 2023, que atende a pesquisadores e estudantes de 434 instituições de ensino superior. Haverá acréscimo, ainda, de bolsas voltadas à formação de professores da educação básica, por meio do Pibid, da Residência Pedagógica, da orientação e supervisão dos projetos e dos programas Parfor, Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ProEB (mestrado profissional).

Cade investiga se conselhos profissionais abusam de poder ao barrar egressos de EAD



A Superintendência Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vai investigar se ofícios publicados por conselhos profissionais trazem danos à concorrência, devido a empecilhos para o registro de formados no ensino à distância. Estão na mira as condutas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), Conselho Federal de Odontologia (CFO) e do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

As [três investigações](#) decorrem de processo administrativo aberto em 2022 para averiguar potenciais condutas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). Agora, foram abertos inquéritos para apurar indícios de que CFO, CAU e CFF adotaram práticas análogas. O ponto de partida seria a expedição de ofícios inadmitindo o registro no respectivos conselhos profissionais de egressos de cursos de graduação ofertados na modalidade remota, o que limitaria ilegalmente o acesso ao mercado de trabalho.

Com a conversão dos inquéritos em processos administrativos, a investigação terá seguimento na SG. Ao fim da investigação, será indicado se houve ou não infração. De acordo com a SG, precedentes

judiciais indicam que os conselhos abusam de poder de mercado, quando negam o registro de egressos de cursos EAD devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

"O MEC exerce a função de Poder Público em matéria de educação nacional, competindo-lhe autorizar, avaliar e fiscalizar as instituições e os cursos de ensino superior do Sistema Federal de Ensino. Os diplomas expedidos por essas instituições, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. Esses diplomas não fazem referência à modalidade em que o ensino foi ofertado", salientou o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros. "O MEC adota conduta no sentido de vedar qualquer distinção de diploma ou de curso em razão da modalidade em que ele é ofertado. Desse modo, eventual conduta discriminatória, especialmente dos conselhos profissionais, deve ser apurada e coibida pelo Poder Público, até porque a LDB definiu claramente que compete ao MEC o exercício de todas as atribuições relacionadas à formação do ensino superior. Aos conselhos profissionais cabe a fiscalização do exercício profissional", ressaltou.

Primeira edição do ano do Prouni ofertará 288 mil bolsas de estudo

O Programa Universidade para Todos (Prouni) iniciou o período de inscrições da primeira edição de 2023. Os interessados têm até o dia 3 de março para se candidatar a uma das vagas. O resultado da primeira chamada sairá no dia 7 de março e as informações devem ser comprovadas até o dia 16 de março.

Ao todo, estão sendo oferecidas 288.112 bolsas, sendo 209.758 integrais e 78.354 parciais. São 14.346 cursos de graduação de 995 instituições privadas de ensino superior em todos os estados e no Distrito Federal.

Candidatos que realizaram as provas de 2022 ou de 2021 (ou ambas) do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) podem participar do Prouni, sendo considerada a edição do Exame em que o estudante tiver obtido a melhor média de notas. É necessário atingir, no mínimo, 450 pontos na média das notas e ter desempenho acima de zero na redação.

Para obter uma bolsa integral, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Já para concorrer a bolsa parcial (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos, por pessoa, da família.



MERCADO

► O Tesouro Nacional estuda lançar ainda neste ano um novo título do Tesouro Direto voltado para famílias que queiram investir para custear o período universitário dos filhos. De acordo com o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, o **RendA+** é o primeiro passo para a criação de produtos customizados.

► A plataforma de crédito estudantil e suporte à geração de empregos para estudantes **Pravaler** anunciou a compra da *startup* educacional **Workalove**. A negociação está sujeita à aprovação do Banco Central.

► O **Sistema Educacional Brasileiro (SEB)** bateu o martelo para sua aposta de crescimento para os próximos anos: o segmento *premium*. O investimento será de R\$ 200 milhões.

► A **Yduqs** anunciou mudanças em sua estrutura de gestão, que podem ajudar a aprimorar a execução, melhorar o alinhamento e liberar eficiências ao longo do tempo. Porém o momento foi um pouco surpreendente, em meio ao processo de admissão do primeiro semestre deste ano, o que pode não ser um bom sinal, diz o Citi, em relatório.

► Educação básica mundial está se **privatizando** com operação bilíngue, diz diretora do SEB.

Cursos de saúde são os mais buscados por quem deseja ingressar no ensino superior



Um terço dos estudantes que pretendem ingressar no ensino superior neste ano estão interessados na área de saúde. É o que aponta uma pesquisa realizada pelo Google no início deste ano. Segundo a empresa de tecnologia, medicina foi a graduação mais buscada na plataforma em 2022. Na lista de cursos mais procurados também estão psicologia, enfermagem, direito, administração, pedagogia, tecnologia da informação, educação física, estética e biomedicina.

Esse levantamento também perguntou sobre o formato do curso e 52% dos entrevistados indicaram o presencial como preferência, seguido pelo ensino à distância (34%) e o "semipresencial" (14%). O resultado se aproxima do registrado antes da pandemia de coronavírus. Em 2019, o

percentual de entrevistados que optou pelo curso presencial foi de 49%.

Do total de participantes, 61% já estavam decididos onde iriam estudar, enquanto 28% ainda não tinham feito a escolha. Outros 11% ainda não tinham pensado sobre o assunto. Para os estudantes que querem fazer um curso presencial, a qualidade é o fator mais relevante no processo de escolha. Já para os estudantes de cursos remotos, o preço é a condição que fala mais alto.

Quanto ao uso de programas públicos de acesso ao ensino superior, 31% planejam se candidatar ao Financiamento Estudantil (Fies), 21% ao Programa Universidade para Todos (Prouni) e 15% ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Outros 33% não irão participar dessas seleções.

Com provas em novembro, Enade 2023 avaliará estudantes de 22 bacharelados e 6 tecnólogos

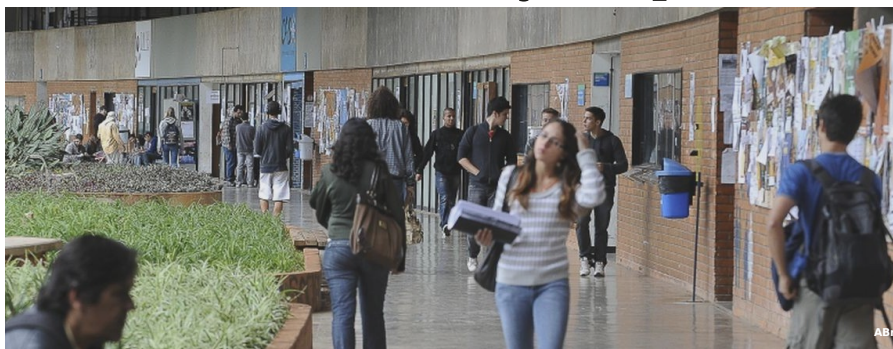
Por meio da [portaria 124](#), o MEC divulgou o regulamento da edição 2023 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Aplicado para fins de avaliação dos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos vinculados ao ano I do ciclo avaliativo, o exame deste ano abran-

gerá 22 bacharelados e seis cursos tecnólogos. As inscrições serão feitas entre 27 de junho e 31 de agosto, com provas marcadas para o dia 26 de novembro. Os resultados serão divulgados apenas no dia 10 de setembro de 2024, conforme a [portaria 571](#), publicada no início do ano.

Inep inicia coleta de dados do Censo da Educação Superior 2022

Os representantes das instituições de educação superior e os recenseadores institucionais já podem realizar a conferência dos dados cadastrais carregados do Cadastro e-MEC referentes à edição 2022 do Censo da Educação Superior (Censup). Os ajustes devem ser solicitados até o dia 7 de abril.

Para orientar os profissionais responsáveis pela declaração das informações, o Inep realizará quatro encontros virtuais sobre a pesquisa estatística, por meio de seu canal no Youtube. O primeiro deles tratou sobre o marco legal do Censo Superior e as novidades no preenchimento do módulo Usuário do [Sistema Censup](#). O segundo está marcado para 28 de fevereiro e abordará mais novidades no preenchimento do censo e



o Painel de *Business Intelligence*. O terceiro será sobre os relatos de boas práticas da edição de 2021 da pesquisa estatística, com transmissão no dia 2 de março. A série será encerrada em 8 de março, para tirar dúvidas sobre o preenchimento. Os questionamentos podem ser encaminhados por meio de formulário disponível no portal do Inep, até 3 de março.

Todo os procedimentos de coleta de dados devem ser realizados até 23 de junho. Até 28 de julho será feita a conso-

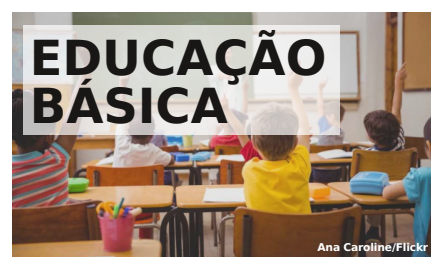
lidação e homologação dos dados pelo Inep. A previsão do órgão é divulgar os resultados no dia 19 de setembro. Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as IES que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como sobre alunos e docentes. Após a divulgação dos resultados finais, as informações coletadas passam a figurar como dados oficiais.



O governo federal anunciou que vai retomar cerca de quatro mil obras paradas pelo país, que englobam desde creches até *campi* de universidades e institutos federais de ensino superior. De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, uma medida provisória deve ser editada para permitir a retomada dessas obras com segurança jurídica. "Tem obra desde 2007. Obras em que já foram encerrados os convênios", explicou. A previsão é investir cerca de R\$ 23 bilhões apenas este ano.



Em 11 anos, o número de mulheres que ingressaram em cursos superiores de ciência, tecnologia, engenharia e matemática saltou de 108.522 para 242.275. Os valores apontam para um aumento de 132% na participação de mulheres nessas áreas. A análise *Evolução das Mulheres no Ensino Superior* foi feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com o Inep, entre 2010 e 2021, o número de alunas que concluíram esses cursos aumentou 96%, saindo de 37.005 para 72.791.



O Censo Escolar 2022 registrou 47,4 milhões de estudantes matriculados, considerando toda a educação básica, em suas 178,3 mil escolas. De 2021 para 2022, são 714 mil estudantes a mais, um incremento de 1,5%. As escolas privadas tiveram uma expansão de 10,6% nas matrículas, durante o período, o que as aproxima do nível observado em 2019 (antes da pandemia de coronavírus). O resultado deve guiar o projeto de reconstrução da educação brasileira com qualidade e equidade.



Menos de 15% dos brasileiros acham que o jovem sai do ensino médio preparado para a faculdade ou o mercado de trabalho. É o que mostra uma pesquisa realizada pelo Senai e Sesi. A implementação do novo ensino médio começou nas escolas públicas e privadas do país no ano passado e vai até 2024 de forma escalonada.



As crianças pequenas acumularam um déficit cognitivo durante a pandemia que pode significar uma queda de 25% na renda que teriam na vida adulta. O impacto foi calculado pelo Banco Mundial.



Os cursos de graduação de instituições de ensino superior públicas de países do Mercosul e membros associados ao bloco terão a qualidade avaliada pelo Brasil, neste ano. Basta aderirem ao Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação e Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (Sistema Arcu-Sul). Os processos de avaliação dos cursos estavam suspensos desde 2015 no país.

Inep atualiza regulamentação do Basis

Por meio da [Portaria 77](#), o Inep atualizou o regulamento que trata do Banco Nacional de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Basis). O conjunto de normativas tem como objetivo aprimorar a eficiência e o controle do processo de designação dos responsáveis pela avaliação *in loco*.

O Basis é organizado em um cadastro nacional único de avaliadores, selecionados pelo Inep, para compor as comissões de avaliação. Entre as principais novidades da nova portaria está a relação entre a formação do avaliador com o curso, por meio da Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil (Cine

Brasil). Outra mudança relevante diz respeito ao detalhamento dos perfis dos avaliadores: inscrito, credenciado, suspenso, licenciado e excluído. A capacitação, reciclagem e formação continuada também são aspectos que estão descritos com maior clareza, assim como questões relacionadas a possíveis denúncias.

Além disso, a publicação dos nomes dos avaliadores admitidos passa a ser realizada em portaria do Inep, o que impactará a economia orçamentária e processual. Os critérios de permanência no banco, a responsabilização por dano ao erário e a revisão do Termo de Compromisso e Confidencialidade dos Avaliadores do Basis também fazem parte dessa reorganização jurídica.

Capes abre inscrições para Prêmio de Teses

A Capes lançou a 18ª edição do Prêmio Capes de Tese. A seleção vai reconhecer as melhores teses de doutorado defendidas no Brasil em 2022, uma em cada área do conhecimento reconhecida pela Fundação. As [inscrições](#) devem ser feitas até 26 de abril.

Até 49 trabalhos serão escolhidos na primeira etapa da seleção. Desses, três receberão o Grande Prêmio Capes

de Tese, relacionado a cada grande área.

Os programas de pós-graduação farão uma pré-seleção, para eleger as teses que os representarão no concurso. Os trabalhos precisam estar registrados na Plataforma Sucupira e terem sido defendidos no Brasil em 2022, mesmo em casos de cotutela ou outras formas de dupla diplomação.

EXPEDIENTE

Presidente: Inácio de Barros Melo Neto | **Vice-presidente:** Ricardo Benedito de Oliveira | **Diretor administrativo:** Alexandre José Braga Chaddad | **Diretor Técnico:** Fernando Passos | **Conselho de Administração:** Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | **Conselho Fiscal:** Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior e Clóvis Fecury | **Jornalista Responsável:** Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)